

“As cooperativas contribuem para a redução das desigualdades e a coesão social”

Entrevista Sector tem, em Portugal, 62,5% das cooperativas a operar há mais de 20 anos. Para Eduardo Graça, presidente da CASES - Cooperativa António Sérgio, têm um papel fundamental na economia social e continuam a demonstrar resiliência, inovação e dinamismo

António Figueiredo

Como está o sector cooperativo em Portugal?

Os dados estatísticos da Conta Satélite da Economia Social dão-nos nota de uma tendência de redução do número de cooperativas em Portugal – entre 2010 e 2020. O decréscimo foi de 4,7%, rondando, em 2020, as 2.150 unidades. No entanto, verifica-se que esse decréscimo é inferior ao verificado na economia nacional. Um aspeto que atesta a resiliência e longevidade do sector é em 2018, 62,5% das cooperativas portuguesas tinham 20 anos ou mais.

Quais são os sectores, em Portugal, onde há uma maior presença de cooperativas?

Segundo os registos conhecidos, o ramo mais numeroso é o agrícola, que representa quase um terço do total de cooperativas (31,4%). Seguem-se os ramos de serviços (15,4%), de solidariedade social (13,9%) e de cultura (12,4%). É ainda importante referir que entre 2018 e 2023 foram criadas em média, 53 cooperativas por ano, sendo que, em 2023, cerca de um terço das cooperativas recém-criadas pertencem ao ramo da cultura, seguido do ramo de habitação e construção (20,4%), o que revela o dinamismo destes sectores. Outro dado interessante é que, em 2023, cerca de 35% das cooperativas recém-criadas são multisectoriais, aproximadamente o dobro do identificado em 2022. Isto revela uma tendência, que tem vindo a crescer desde 2014, de constituição de cooperativas que atuam em vários ramos, não raramente mais de quatro, e que frequentemente se autodenominam cooperativas integradas. Em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB), destacam-se

as atividades financeiras e de seguros que, correspondendo a cerca de 4% do total de cooperativas – as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo – foram responsáveis por aproximadamente 35% do VAB, no biénio 2019-2020. Destacam-se igualmente as cooperativas de ensino, que representam 20,6% do total de emprego remunerado das cooperativas em 2020.

Quais são os principais objetivos estratégicos da CASES para o fortalecimento do sector cooperativo?

A CASES tem por missão o fortalecimento do sector da Economia Social como um todo, bem como a prossecução de políticas na área do voluntariado, sendo que as suas opções estratégicas têm este enquadramento de base. O sector da Economia Social é composto por um conjunto diversificado de famílias e organizações de que fazem parte, segundo a Lei de Bases da Economia Social, de 2013, as cooperativas, as associações, as fundações, as misericórdias, as mutualidades e as IPSS. É importante referir que a CASES sucedeu ao INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, IP, em todos os seus direitos, obrigações e poderes públicos de autoridade, bem como no exercício das suas competências e na prossecução das suas atribuições de interesse público relativamente ao sector cooperativo em Portugal, pelo que mantém com as cooperativas uma relação estreita. Para além disso, a CASES presta apoio e aconselhamento legal às cooperativas e desenvolveu, em 2022, o PAC - Programa de Apoio às Cooperativas. O programa visa promover a criação de novas cooperativas e a adequação jurídica da atividade das já existen-

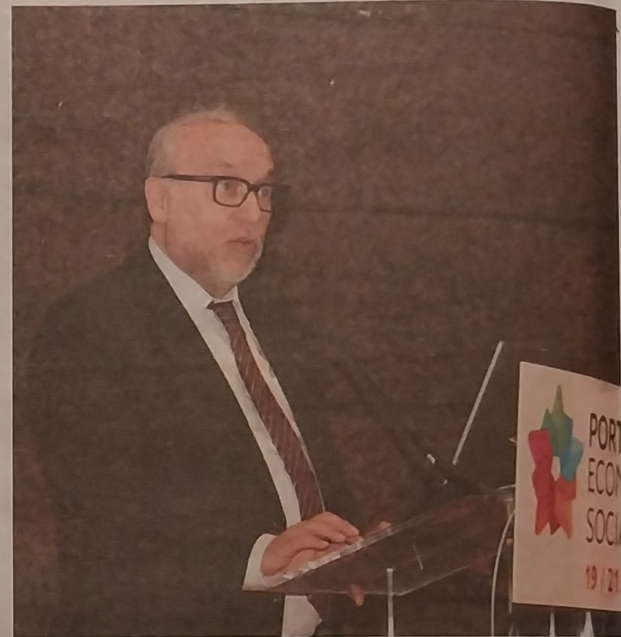
tes, bem como a modernização dos processos e instrumentos de inovação digital. Na próxima edição do programa, a apresentar em 19 de março, integrado no Ano Internacional das Cooperativas, acrescerá uma nova categoria destinada a incentivar a promoção pública do modelo cooperativo.

As políticas públicas em Portugal têm sido suficientes para apoiar o sector cooperativo? Que melhorias seriam necessárias?

O atual programa de governo, aliás como programas anteriores, não esquecem o sector cooperativo e social, consagrado constitucionalmente. Apesar disso, é de salientar lacunas de conhecimento relativamente a este sector e às suas especificidades, cuja lógica de funcionamento e de gestão são muitas vezes incompreendidas, acabando por ser preterido, considerado não elegível ou não contemplado a nível de financiamento e de investimento privado, de programas de apoio e de política fiscal. Assim, a visibilidade e o reconhecimento do sector, bem como a capacitação para as suas características e especificidades são, sem dúvida, uma prioridade.

Que papel pode ter o sector cooperativo no combate à desigualdade social e no desenvolvimento das economias locais?

A Resolução da ONU sobre as cooperativas no desenvolvimento social reconhece que estas “promovem a máxima participação possível no desenvolvimento económico e social das comunidades locais e de todas as pessoas, incluindo as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência e os povos indígenas, cuja inclusão reforça o desenvolvimento económico e social, e contribui para a erradicação da pobreza e da fome”. Os dados estatísticos do Portal de Credenciação e do Inquérito ao Sector da Economia Social (2018) mostram-nos que, efetivamente, em Portugal, as cooperativas



As cooperativas estão presentes em todo o território nacional, destacando-se em particular a sua presença nos territórios mais desfavorecidos, contribuindo para o desenvolvimento local e a coesão territorial: 34% das cooperativas estão sediadas em territórios do interior”

O cooperativismo é um motor de desenvolvimento local, especialmente nos territórios mais desfavorecidos”

A visibilidade e o reconhecimento do sector são sem dúvida uma prioridade”

contribuem para a redução das desigualdades e a coesão social. As cooperativas estão presentes em todo o território nacional, destacando-se em particular a sua presença nos territórios mais desfavorecidos, contribuindo para o desenvolvimento local e a coesão territorial: 34% das cooperativas estão sediadas em territórios do interior. Note-se assim o papel relevante que as cooperativas têm no desenvolvimento local. Este papel deve ser estimulado pelas autarquias, que têm nestas entidades parceiros privilegiados para o desenvolvimento de políticas públicas, incluindo no sector de habitação. No que concerne à participação feminina, é de salientar que a maioria dos trabalhadores do sector cooperativo são mulheres, sendo que 49,6% dos cargos de direção intermédia são ocupados também por mulheres. Apesar de ainda ter um grande potencial de crescimento, é superior à da economia nacional.

Os jovens estão despertados para a existência do sector cooperativo?

As gerações mais jovens dão cada vez mais importância à prossecução de carreiras com impactos sociais e ambientais positivos e nas quais possam atingir objetivos como o combate à pobreza e à desigualdade, a luta contra as alterações climáticas ou a redução do desemprego, sendo que quase metade dos jovens em todo o mundo consideram o sentido de propósito ou o impacto na sociedade como um dos critérios mais importan-

PERFIL

Eduardo Graça é licenciado em Organização e Gestão de Empresas. Atualmente, preside à CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, e ao CNES - Conselho Nacional da Economia Social, tendo desempenhado cargos de destaque na administração pública e na economia social. Com vasta experiência na gestão cooperativa, foi também presidente do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) e do Inatel, entre outras funções institucionais.

Desafios e oportunidades da habitação cooperativa num mercado especulativo

Como avalia o papel das cooperativas de habitação no contexto da atual crise habitacional em Portugal?

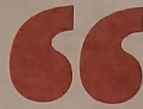
A atual crise habitacional é um problema que tem afetado não apenas Portugal, mas uma grande quantidade de países na Europa e no mundo. O mercado da habitação tem sido dominado por interesses financeiros, através da promoção de aquisição de casa própria com recurso ao crédito e, muitas vezes, o negócio do arrendamento como forma de obtenção de lucros. Ora o modelo cooperativo é precisamente um modelo contrário a esta lógica, baseado não no lucro, mas na resposta aos problemas dos seus membros, e que tem subjacente a ideia de comunidade e solidariedade. Os últimos dois anos demonstram o início da consolidação de uma tendência positiva de constituição de cooperativas deste ramo, que consideramos estar relacionada com a procura de soluções alternativas de habitação neste contexto desafiador, coincidindo, ainda, com um aumento da atividade económica das cooperativas de habitação e construção nesses anos.

As políticas públicas em Portugal têm sido suficientes para apoiar as cooperativas de habitação? Que lacunas identifica?

As cooperativas de habitação e construção tiveram um papel muito relevante no pós-25 de Abril, dando resposta à crise de habitação também aí sentida. Este modelo prosperou, porque apoiado por políticas públicas, até aos anos 1990. Desde então perdeu tração e não foi suficientemente sustentado. No entanto, a atual crise habitacional fez ressurgir o interesse pelo modelo cooperativo em Portugal e que, aliás, tem atualmente uma expressão significativa em vários países, como a Alemanha e a Suíça.

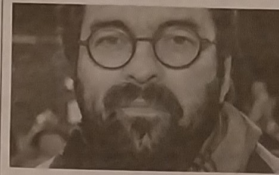
Que medidas fiscais ou financeiras poderiam ser adotadas para estimular o crescimento do sector cooperativo de habitação?

É imprescindível que o Estado,



A aproximação às novas gerações é crucial para garantir o futuro do sector cooperativo

através da administração central ou local, adote mais medidas que incentivem a construção e reabilitação de fogos habitacionais que não integrem o mercado especulativo, assegurando que estes sirvam efetivamente para responder às necessidades habitacionais da população. As cooperativas de habitação e construção dispõem de um regime específico mas há situações fiscais que carecem de maior razoabilidade. Um exemplo disso é a transmissão da propriedade da habitação da esfera jurídica da cooperativa para a esfera jurídica do cooperador. Embora a lei caracterize esta transmissão como um negócio jurídico de compra e venda, na prática tal não corresponde à realidade. Esta transferência tinha mais cabimento doutrinário, efetuada através de um contrato de atribuição de habitação cooperativa, constituindo um ato jurídico translativo interno e não uma operação de mercado. Por conseguinte, não deveria ser tributada como uma compra e venda comum, dado que o cooperador, enquanto membro efetivo da cooperativa, já é, na essência, coproprietário do seu património e responsável pela atividade desta. No plano financeiro, destaca-se a necessidade premente de facilitar o acesso ao crédito por intermédio das instituições bancárias. Uma solução viável seria a criação de uma linha de crédito específica para a construção de habitação cooperativa, com taxas de juro bonificadas, promovendo, deste modo, este tipo de iniciativa.



João Delgado
Mútua dos Pescadores

Opinião As Cooperativas e a Pesca: da revolução à atualidade - uma visão no centro do país

Neste ano de 2025 importa fazer uma breve referência ao movimento cooperativo na pesca, pelo seu significado e pela importância estratégica deste sector no país. Como parece evidente, a revolução de Abril trouxe ansias de coletividade, tendo em conta o isolamento da sociedade portuguesa, imposto pelo fascismo, durante 48 anos.

Em abril de 1974, no que concerne ao desenvolvimento do movimento cooperativo na pesca, as realidades das duas comunidades piscatórias mais significativas do distrito de Leiria foram profundamente desiguais. Se Peniche já tinha um dos portos de mais importantes do país, a Nazaré ansiava pelo seu porto há mais de sete décadas.

Ao contrário da Nazaré, os avanços registados em Peniche, ao nível da estruturação das organizações de classe e a criação de alternativas quanto à propriedade dos meios de produção no sector da pesca atingiram grande expressão.

Logo após a Revolução foram constituídas diversas cooperativas para a pesca do anzol e para o cerco. Segundo relatos locais, regista-se que a primeira cooperativa de pesca a aparecer em Peniche foi a "Mar Vermelho", uma embarcação para a pesca longínqua, direcionada para a pesca do anzol, operando no norte de África.

Já para a pesca do cerco - comumente designadas por traineiras da sardinha - foram criadas várias cooperativas qua-

se em simultâneo: a "Rumo à Pesca", "Rumo à Vitória", "Rumo ao Futuro", "Igualdade", "Homens do Mar", "Fruto da Liberdade", entre outras. Como seria de esperar, esta alavancagem do sector teve reflexos vários naquela comunidade, não só no crescimento económico, mas também no plano do progresso social e na estruturação das organizações representativas do trabalho.

Com contradições difíceis de contornar, com a lógica capitalista a recuperar posições que havia perdido no contexto revolucionário, toda a década de oitenta foi estrategicamente preparada para a adesão do país à CEE. Assistiu-se à intensificação do enfraquecimento da intervenção dos Estados na vida económica dos países, diminuindo também as lógicas cooperativistas no sentido de gerar equilíbrios, não só nas relações económicas, como também na resolução dos problemas de ordem sociocultural (acrescentar-las-se hoje o pilar ambiental) das comunidades e dos povos.

Durante a segunda metade da década de 90, assistiu-se ao definir do que foi restando do sonho cooperativo na pesca em Peniche. Na Nazaré, o sonho não chegou a ter expressão material.

Hoje as cooperativas ligadas ao sector da pesca incidem na perseguição dos mais variados interesses dos armadores, na perspetiva da criação de condições vantajosas na aquisição de bens e serviços essenciais à atividade, intervenção no mercado, estabelecimento de contratos de abastecimento de pescado, gestão coletiva de possibilidades de pesca, resolução de processos burocráticos, etc. Não se conhecem, no plano nacional, cooperativas constituídas enquanto unidades de produção de propriedade coletivizada.

Estes são alguns dos exemplos que se registam, olhando para a história e como esta se encarregou de esfumar as experiências cooperativas em termos de propriedade dos meios de produção na pesca. No entanto, a pequena iniciativa privada no sector não está a viver dias fáceis, o que poderá indicar caminhos que nos possam levar de volta à experiência cooperativa em termos de unidades de produção de pesca, num país com uma balança alimentar profundamente deficitária e a necessitar urgentemente de relançar, requalificar e valorizar a produção no sector da pesca.

tes quando se consideram as oportunidades de emprego. Ora as cooperativas são, sem qualquer margem para dúvida, entidades que, pelos seus princípios, valores e forma de atuação, dão resposta a estas questões. E a percentagem total de trabalhadores jovens nas cooperativas portuguesas tem vindo a aumentar nos últimos anos, tendo atingido os 21,8% em 2022. No entanto este valor está ainda longe de ser ideal. É inegável o envelhecimento dos trabalhadores e sobretudo dos dirigentes do sector cooperativo. É fundamental uma maior aproximação às novas gerações que, sem dúvida, deverá passar pela comunicação e promoção dos princípios e valores do cooperativismo, revitalizando conceitos como democracia, solidariedade, equidade, transparência e preocupação pela comunidade e pelo ambiente. O modelo cooperativo tem esta vantagem competitiva, que atrai talento e inovação - é preciso, isso sim, saber comunicá-la. O Ano Internacional das Cooperativas 2025 é uma oportunidade para dar destaque a este potencial modernizador. A este respeito, importa referir duas atividades do programa do Ano Internacional: o concurso de ideias para público jovem, que visa fomentar a criação de instrumentos educativos de divulgação do movimento cooperativo direcionados a um público-alvo infanto-juvenil; e uma medida integrada no Programa de Apoio às Cooperativas, que visa apoiar a divulgação e promoção do modelo cooperativo.



Na Cercipom os utentes escolhem a receita para fazer um bolo. Na creche Os Traquininhas, as crianças têm diversas atividades ao longo da semana

Fotos: Joaquim Dâmaso

Na solidariedade social o valor do lucro está no desenvolvimento pessoal

Seja o trabalho focado em crianças ou pessoas com deficiência, as cooperativas de solidariedade social não trabalham para o lucro, mas sim para o apoio à comunidade. O objetivo último é permitir o desenvolvimento pessoal de quem recebe apoio

Joana Magalhães

O cooperativismo teve um *boom* na década de 70 em Portugal e foi acompanhado pela mobilização de pais, técnicos e outros cidadãos preocupados com pessoas com deficiência - o chamado movimento Cerci. A região de Leiria não fugiu ao fenómeno, havendo atualmente mais de uma mão cheia de instituições com este propósito no distrito.

É o caso da Cercipom, em Pombal, fundada em 1979. Segundo Preciosa Santos, diretora-geral, naquela altura as pessoas com deficiência não eram obrigadas a ir à escola e acabavam por ficar em casa. A instituição, que começou por funcionar numa casa arrendada, era uma escola de ensino especial. Poucos anos depois, em 1981, foi construído um edifício, contíguo ao atual, e a Cercipom não parou de crescer.

"Na altura as idades dos utentes eram diversas, mas começaram a vir todos em pequeninos e agora já têm 60 e tal anos, pelo que à medida que foram crescen-

do tivemos de diversificar as respostas", explica a responsável de 63 anos. Foi assim que surgiu o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), onde os utentes são recebidos durante o dia, num sistema semelhante ao dos centros de dia, e participam em ateliers, atividades terapêuticas, terapia ocupacional, têm consultas de psicologia e estão ainda envolvidos em desafios lúdicos e desportivos. A par com esta ideia, começaram a ser desenvolvidas ações de formação e inclusão socioprofissional, com o objetivo de preparar os utentes para o mercado de trabalho.

Mais tarde, construiu-se o lar residencial, que recebe pessoas com deficiência que não têm apoio familiar adequado.

A partir de 2010, o sistema de funcionamento da instituição mudou, quando as crianças passaram a ser obrigadas a frequentar o ensino regular e aí a escola de ensino especial da Cercipom 'desapareceu'. No entanto, a instituição mantém-se ativa nas três escolas do Agrupamento de Esco-

las de Pombal, com o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), que promove a inclusão de crianças em idade escolar. Além disso, a instituição possui um serviço de intervenção precoce que apoia crianças dos 0 aos 6 anos no contexto em que se encontram, seja em casa ou numa creche. No total, a Cercipom acompanha cerca de 200 crianças nos concelhos de Pombal, Ansião e Alvaiázere.

No fundo, desde o início até ao fim da sua vida, as pessoas com deficiência encontram resposta às suas diferentes necessidades junto da instituição.

Para Preciosa Santos, o que a mantém motivada todos os dias "é continuar a acreditar que eles são pessoas capazes, com diferentes ritmos de trabalho". "Nós entramos aqui e esquecemo-nos que eles têm problemas, tratamo-los como nos tratamos uns aos outros", acrescenta.

Já Ana Paula Santos, coordenadora do departamento de suporte organizacional, considera ser "muito difícil" desligar-se deste trabalho: "Ganha-se carinho e vontade e é muito gratificante, enquanto numa área privada, numa empresa, se visa o lucro, não há a gratificação que há aqui", afirma.

Na Cercipom o lucro é representado pelo desenvolvimento dos cerca de 400 utentes que

apoia, mas a questão financeira não deixa de ser um desafio. "Os subsídios que nós recebemos são muito baixos para aquilo que fazemos como atividades para eles e ainda temos de manter a máquina a funcionar", explica Ana Paula Santos, de 48 anos, também tesoureira da direção. No caso do CACI, cada utente paga pela sua participação, mas, sublinha a responsável, o valor tem de ser suficiente para o ordenado dos funcionários, alimentação e transporte de utentes e outras despesas básicas, como eletricidade ou aquecimento dos edifícios. "Quando há, por exemplo, uma carrinha que precisa de uma reparação cara ou um edifício a ficar degradado, o dinheiro não chega", assume.

No caso da Cercipom, qualquer cidadão pode contribuir, seja através de um donativo direto ou estando atento às campanhas que periodicamente são realizadas.

Gestão democrática

Cristina Meireles, presidente do conselho de administração da Cercilei, considera que as "cooperativas se pautam por uma gestão democrática e visam satisfazer as necessidades dos grupos em que estão inseridas". No que à democracia diz respeito, isso materializa-se no direito ao voto

por cada membro da cooperativa, nas assembleias gerais, tendo poder nas tomadas de decisão. A Cercilei, como a Cercipom e as restantes Cerci's não tem como objetivo o lucro, mas sim proporcionar "as melhores condições de vida aos utentes".

Desde que integrou a instituição, em 1987, não encontrou desvantagens neste trabalho estar integrado numa cooperativa ao invés de uma associação, tendo conseguido, por exemplo, aceder a financiamentos do Estado e outros. "É evidente que esses financiamentos não são suficientes e têm de ser complementados com outras formas de pagamento, como os trabalhos que fazemos em parceria, os próprios utentes pagam uma mensalidade e, por exemplo, para a construção do novo lar recorremos a fundos europeus", dá conta a responsável. No entanto, confessa que esta não é uma gestão fácil, mas como o objetivo também não é o de lucrar, quando isso acontece, "o lucro é investido na própria cooperativa".

Cristina Meireles admite que a instituição, que abrange os concelhos de Leiria, Porto de Mós e Batalha (cerca de 600 utentes), não tem os últimos modelos de material didático ou de informática, mas tem-se focado em outras prioridades como a manu-

tenção dos edifícios e os serviços prestados aos utentes.

A relação de confiança que se constrói entre funcionários e as pessoas com deficiência é, para a responsável de 67 anos, um dos fatores que a mantém motivada. Além disso, “quando eles se sentem gostados, também retribuem e sem qualquer interesse”. “É como se fôssemos uma família”, conclui.

Creche para todos

Ajudar as famílias com bebés e crianças esteve na base da fundação da creche e jardim de infância Os Traquininhas, situada na Caranguejeira, em Leiria. Lurdes Mónico começou por fundar uma empresa, que mais tarde passou a cooperativa, na esperança de obter algum benefício que permitisse reduzir as mensalidades.

No entanto, a expectativa saiu furada até ao surgimento do programa Creche Feliz, criado em 2022, e que permitiu que as creches passassem a ser gratuitas para todas as crianças nascidas depois de 1 de setembro de 2021. “Antes de aparecer a Creche Feliz eu não tinha ajuda nenhuma e também não podia pedir mensalidades caras porque os pais não iam colocar as crianças aqui”, lamenta. O novo programa veio mudar o paradigma e, atualmen-

te, a creche encontra-se lotada, com cerca de 82 bebés inscritos.

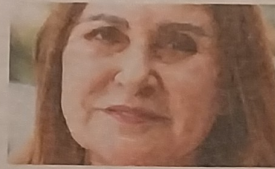
Todos os dias, Lurdes Mónico, de 69 anos, abre a creche às 7h30 e a força de trabalho vem da creche de que está “a fazer algo de bem às crianças que necessitam”. Todas as semanas há aulas de música, inglês, ginástica, dança e piscina até à hora de fecho da instituição, cerca das 19h30. Confessa que adora o seu trabalho e é fascinada pelo mundo dos mais novos, principalmente quando os vê já crescidos: “É como se fossem meus, não como filhos, mas sei que está ali um bocadinho de mim e isso dá-me alegria”, acrescenta.

Depois da creche, gostava também de conseguir obter algum apoio para o jardim de infância que permitisse baixar as mensalidades também nestas idades.

Seja qual for a área de intervenção - crianças, idosos ou pessoas com deficiência - certo é que as cooperativas da área da solidariedade social têm como único objetivo ajudar quem mais precisa. Não trabalham para o lucro, mas sim pela oportunidade de impactar a vida dos seus utentes e deixar uma marca que se quer positiva e de esperança para o futuro.

joana.lmagalhaes
@regiãodeleiria.pt

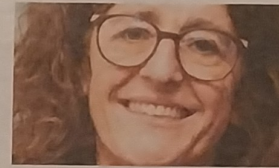
“



Quando vejo as crianças já crescidas é como se fossem minhas, não como filhos, mas sei que está ali um bocadinho de mim e isso dá-me alegria”

Lurdes Mónico

fundadora da creche e jardim de infância Os Traquininhas



[O que me mantém motivada] é continuar a acreditar que as pessoas com deficiência são capazes, com diferentes ritmos de trabalho”

Preciosa Santos

diretora-geral e vice-presidente da direção da Cercipom



As cooperativas pautam-se por uma gestão democrática e visam satisfazer as necessidades dos grupos em que estão inseridas”

Cristina Meireles

presidente do conselho de administração da Cerclel

SUSTENTABILIDADE FAZ GIRAR O MUNDO

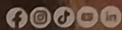
51 milhões de euros foram destinados ao financiamento de energias renováveis em 2023

ESTAMOS CÁ POR UM BEM MAIOR

PUBLICIDADE



Para mais informações
creditagricola.pt



Fonte: Relatório de Sustentabilidade CA 2023
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo,
C.R.L. registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000
M.C.R.C. de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301
Capital Social € 321.405.710,00 (variável)
Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa.

#2025anointernacionaldascooperativas

CA
Crédito Agrícola



Cooperar dá frutos num sector atravessado por constantes ventos de mudança

Com o minifúndio a imperar no puzzle de propriedades da região, a união de esforços tem permitido assegurar um lugar de relevo no sector agrícola, onde impera a competitividade interna e externa

Carlos S. Almeida

Quando, há sessenta anos, a Cooperativa Agrícola de Porto de Mós nasceu, o mundo era bem diferente: a vila onde nasceu a cooperativa, o regime político, o mercado, os hábitos de consumo e até o clima mudaram, entretanto. O mesmo se pode dizer da Batalha. Quando a surgiu na década de 60 do século passado, a realidade era substancialmente diferente.

Tal como no todo nacional, na região, o sector primário perdeu peso. Na Região Centro, onde se insere o distrito de Leiria, o setor primário também apresenta uma contribuição relativamente modesta para a economia regional com 3,5% do Valor Acrescentado Bruto da região em 2018. Mas nem sempre foi assim.

Tempos houve em que o sector primário tinha um peso mais significativo na economia da região. Em parte, herdeiras dos Grémios da Lavoura, extintos com o fim do Estado Novo, algumas cooperativas do sector cavalgaram a modernidade e tentam dar respostas aos desafios deste sector, cooperando.

O certo é que, apesar de todas as alterações, em Porto de Mós, a Lusofruta tem sido um elemento central em assegurar a continuidade da atividade de pequenos e médios produtores de fruta, atividade central desta cooperativa, criada em 1965.

Se quando surgiu, esta cooperativa pretendia dinamizar a produção local, atualmente essa tarefa surge ainda mais relevante. É que num mercado dominado por grandes cadeias

de distribuição, este é um canal viável para dezenas de produtores da região poderem escoar os seus produtos.

“Neste momento, ou realmente há um grande empresário que tem uma área enorme e esse poder para trabalhar sozinho, ou o pequeno e médio produtor tem que se organizar para poder sobreviver”, salienta Amílcar Silva, responsável técnico da cooperativa.

As vantagens da cooperação ficam cada vez mais evidentes, à medida que cresce a complexidade do mercado e mesmo da produção.

“Há 30 anos, os pequenos supermercados e mercearias compravam diretamente aos produtores locais. Agora, temos quatro ou cinco grandes cadeias que dominam o mercado e exigem uma escala que só através da cooperativa conseguimos atingir”, explica.

A fruta é um dos pontos fortes da região e, na linha de seleção e embalagem da cooperativa, é realizada uma seleção rigorosa, resultado das regras que ditam

as condições para se chegar ao mercado com sucesso. Há certificações e regulamentos a cumprir e Amílcar Silva admite que é tarefa exigente, mas essencial, assegurar que tudo é seguido com rigor pelos 82 produtores que abastecem a cooperativa. A maçã de Alcobça, que beneficia de uma Indicação Geográfica Protegida (IGP), e a pêra rocha do Oeste, com uma Denominação de Origem Protegida (DOP), são produtos que saem das instalações da cooperativa, à entrada da vila de Porto de Mós – antigamente rodeada por pomares, mas atualmente vizinha da zona urbana. “Os mercados estão cada vez mais exigentes, e estas certificações ajudam-nos a manter a nossa presença junto dos grandes distribuidores”, refere o responsável técnico.

Clima mudou e a produtividade também

Um fator que escapava à equação quando a cooperativa foi lançada, torna-se agora uma variável de peso: as alterações climáticas. Amílcar Silva, ligado à cooperativa há três décadas, afasta dúvidas sobre o impacto desta realidade na atividade: “não é simples conversa, é uma realidade. Notamos que, ano após ano, a produtividade tem vindo a decair”, aponta. Os desafios da diminuição da precipitação, temperaturas irregulares, entre outros fatores, têm contribuído para que cada vez seja menos a quantidade de fruta produzida por cada hectare de terra disponível.

Num mercado cada vez mais

globalizado e competitivo, a cooperativa permite que os pequenos produtores tenham alguma capacidade de negociação e sobrevivência, mantendo um volume anual de negócios a rondar os três milhões de euros, em parte conseguidos com a exportação. “Se a Lusofruta não existisse, estes agricultores teriam enormes dificuldades em colocar a sua fruta no mercado. A cooperativa permite-lhes continuar a produzir e a vender, apesar das adversidades”, sublinha Silva.

A distribuição através da cooperativa também ajuda a garantir que a fruta chega aos supermercados com um padrão de qualidade uniforme, algo essencial para manter a confiança dos compradores. “Os supermercados têm regras muito rígidas. O consumidor nem sempre tem noção do trabalho que está por detrás de uma simples maçã que compra no supermercado. Mas é um processo que exige um imenso esforço”, destaca.

Também o reforço das normas ambientais tem tido impacto direto. “A redução do uso de produtos fitossanitários resultou num aumento do desperdício. A fruta que tem um pequeno defeito – como um toque de pedrada ou uma pequena carepa – é rejeitada pelos supermercados, mesmo sendo perfeitamente saborosa e segura para consumo”.

A proteção ambiental é um desafio que compreende, mas Amílcar Silva defende que os consumidores podem ter um papel de relevo neste combate, ajudando o ambiente, combatendo as alterações climáticas

Juntar esforços para ultrapassar burocracias e concretizar sonhos em prol da arte e da cultura

Responsáveis da Cooperativa Paulo Lameiro, Sons Vadios e Ccer Mais/Omnichord partilham motivos que levaram à opção por esta forma de organização. E, em tempos de individualismo, perspetivam o futuro do modelo cooperativo

Manuel Leiria

Um grupo de amigos e conhecidos debatiam a diferença entre uns, que tinham atividade aberta e uma situação nem sempre estável, e outros, que trabalhavam por conta de outrem mas se debatiam com uma hierarquia e rigidez que nem sempre lhes permitia desenvolver as suas valências como desejavam. Às tantas, chegaram a uma conclusão: “Nós fazemos todas coisas diferentes, mas, por vezes, podem ser complementares entre si para as necessidades de uma determinada ação ou para as necessidades de um determinado cliente ou parceiro”, recorda Hugo Ferreira, sobre a conversa. E surgiu o desafio: “Porque não juntarmo-nos numa pequena comunidade que concentre soluções e reparta proveitos?”. A 25 de outubro de 2005, Hugo Ferreira e outros quatro cooperantes criavam a Ccer Mais, cuja atividade se especializou, a partir de 2012, na atividade editorial e na produção através da estrutura que ganhou fama em Portugal e também em alguns círculos culturais no estrangeiro: a Omnichord.

Dos cinco elementos iniciais, mantém-se dois num grupo que atualmente integra 20 elementos, entre produtores, músicos, técnicos e profissionais, que nos últimos anos têm estado diretamente ligados às operações da Ccer Mais e Omnichord, talvez a cooperativa ligada à cultura mais reconhecível na região, responsável por edições discográficas, gestão de projetos artísticos e iniciativas como “A Música dá Trabalho”, Omnilib, os festivais Nascentes e Clap Your



Hands ou os ciclos Mapas, Capitúlo e Ágora.

Há, no território, outras estruturas culturais e artísticas que assumem a orgânica cooperativa. Nas Caldas da Rainha a CoopCASA trabalha na área da intervenção social e artística, nomeadamente no ativismo de género e reconhecimento e direitos da mulher e de pessoas e comunidades ameaçadas. A partir de Ourém e Fátima, e chegando também à Batalha e Porto de Mós, a cooperativa Conservatório de Música e Artes do Centro dedica-se à educação musical, servindo quase dois mil alunos. Já na Marinha Grande, a Arioso é cooperativa e cultural desde 2023 e dedica-se a atividades culturais e artística em contexto educativo. Em Ourém, a trabalhar desde 2010, a academia de dança Arabesque está registada como cooperativa cultural.

Sons tradicionais e folk

Na Pederneira, Nazaré, mora uma das mais ativas cooperativas culturais nacionais, que se destaca pela promoção da música de

raiz tradicional e folk portuguesa. Tudo começou com Sara Vidal: a cantora e multi-instrumentista trabalhava como *freelancer* mas, em 2016, do “aglutinar de várias vontades e projetos artísticos”, ligados à música tradicional e folk portuguesa, nasceu a Sons Vadios, que inicialmente se dedicava à circulação de concertos. A cooperativa procurou dar “uma resposta jurídica e contabilística”, especialmente na formalização de contratos com municípios e “numa série de procedimentos burocráticos”, explica Sara Vidal. A isso somou-se, mais tarde, a necessidade de assumir a edição discográfica dos vários projetos que a cooperativa alberga. “Mais recentemente”, acrescenta, a Sons Vadios investe “em novas criações artísticas próprias e projetos educativos, sempre no âmbito da música tradicional”.

A Sons Vadios assume-se, assim, como “plataforma de trabalho a uma série de músicos” e tem como membros “cooperadores e outros que são externos”. Mas “todos eles são músicos que in-

tegram os projetos musicais e as criações que dinamizamos”. A partir da Nazaré dinamiza-se a atividade no âmbito da criação artística, da circulação de espetáculos e da edição discográfica, “sempre com o foco na música de raiz portuguesa e de autor”.

Cooperativa para bebês

A mais bebé das cooperativas do distrito de Leiria dedica-se precisamente aos mais novos. A experiência de Paulo Lameiro e restante equipa é longa, como o comprova o percurso dos Concertos para Bebés. Mas só em janeiro de 2024 se constituiu a Cooperativa Paulo Lameiro. Segundo o fundador dos Concertos para Bebés, por três motivos. Primeiro, porque na última década, “os Concertos para Bebés têm vindo a ser recebidos de forma crescente nas suas dimensões social e bem-estar comunitário”, indo “muito além da mera oferta ‘artística’”. Foi preciso, por isso, encontrar forma de “desenvolver e aprofundar essas outras dimensões da nossa oferta para a primeira in-

fância”. Depois, pela necessidade de integrar pessoas e projetos nos diversos desafios que Paulo Lameiro tem abraçado em Portugal e na Europa, visando a formação de equipas, direções artísticas ou consultoria. Por fim, a constituição da Cooperativa Paulo Lameiro foi também acelerada pelo convite para integrar um consórcio europeu para a candidatura de investigação Horizonte Europa, que compreende um estudo piloto envolvendo bebês, música e inteligência artificial. Trata-se do projeto “Amplify”, já em desenvolvimento e que absorve quase toda a atividade da Cooperativa Paulo Lameiro até 2027. “Mas [a cooperativa] já desenhou outros projetos que tenciona desenvolver a partir de 2026”, nota Lameiro, que juntou na nova organização artistas da companhia Musicalmente - responsável pelos Concertos para Bebés -, e profissionais das áreas da Psicologia e Sociologia, “que trabalharão comigo em projetos de arte participativa, nomeadamente o ‘Ópera na Prisão’ e o ‘Museu na Aldeia’. Também

01 "A Música dá Trabalho" é uma das atividades mais proeminentes da Ccer Mais/Omnichord
Foto: Idalécio Francisco

02 A Sons Vadios, fundada por Sara Vidal (à direita na fotografia), é uma cooperativa que junta vários projetos musicais: aqui o grupo Espiral

03 A Cooperativa Paulo Lameiro, fundada pelo próprio (à esquerda na fotografia), foi apresentada no final de 2024, durante um dos projetos que gere: os Concertos para Bebés, que naquele dia tiveram Surma como convidada especial



02



03

colaboram no projeto profissional das artes da Catalunha, Luxemburgo, França e Alemanha, que não são cooperantes por não terem nacionalidade portuguesa.

Trabalhar para o bem comum

Este modelo híbrido entre uma associação e uma sociedade cultural tem a exigência e os formalismos habituais de uma empresa ou sociedade comercial, nota Hugo Ferreira. Mas distingue-se por ser "uma organização democrática gerida pelos seus membros que definem, conjunta e solidariamente, os seus objetivos comuns e trabalham de forma conjunta nas ações a implementar para os prosseguir".

O caminho de cultura democrática, participada e participati-

va seguido pela Ccer Mais/Omnichord revela-se "uma vantagem sobretudo quando se pretende uma capacitação e profissionalização das aptências profissionais dos seus membros que permita um investimento que sirva para todos e/ou uma distribuição equitativa de proveitos", sublinha Hugo Ferreira.

Na Sons Vadios, destaca-se "o espírito colaborativo" como vantagem deste modelo de organização. "Todos devem trabalhar para o bem comum. Não há hierarquia; há, sim, um juntar de sinergias e todos contribuem da forma que podem e querem". Para Sara Vidal, "este espírito de trabalhar em grupo é, efetivamente, o mais importante".

Paulo Lameiro aponta também "algumas particularidades

tributárias" como vantagem da constituição de uma cooperativa. Além disso, "trata-se de uma estrutura mais horizontal, mais democrática, mais participativa".

"É uma fórmula que permite ao conteúdo e objetivos dos projetos reverberarem com a forma e *modus operandi* de quem os implementa", destaca o musicólogo, músico e diretor artístico.

Cooperativas, que futuro?

Forjado no século XIX, o cooperativismo respira um ar que aparenta ser oposto ao que sopra no tempo atual, em que o individualismo parece fazer lei, numa lógica de "salve-se quem puder" e em que os fins parecem justificar quaisquer meios. O fundador da Ccer Mais/Omnichord concorda, mas responde que "tempos de-

safiantes como aqueles em que vivemos, são os que mais exigem ações conjuntas e concertadas". "O atual contexto económico e sócio-político não ajuda a que esse crescimento do individualismo abrande ou recue e, perante isso, o modelo cooperativo pode, aparentemente, parecer um anacronismo". A cultura de comunidade, solidariedade e democracia através um período difícil, refletindo-se nas dificuldades de gestão, vazio diretivo ou até extinção que ameaça organizações outrora referência na sociedade.

Como reação, Sara Vidal defende "uma mudança de paradigma na nossa sociedade e na maneira como vivemos o quotidiano", que passa também por "ampliar e aprofundar a formação sobre as múltiplas vertentes das cooperativas", nomeadamente investindo na capacitação dos agentes, como "profissionais da fiscalidade e contabilidade", sobre as particularidades do sector cultural. "E se, naturalmente, somos seres sociais, então a nossa maneira de trabalhar será também social e em comunidade. Nesse sentido, acredito que as cooperativas não são modelos económicos utópicos, nem anacrónicos, mas antes uma resposta eficaz para a construção de uma sociedade melhor".

Paulo Lameiro argumenta mesmo que "qualquer prática, estrutura ou modelo de gestão que reforce a dimensão coletiva em detrimento do protagonismo individual, é hoje uma necessidade civilizacional". E, por isso, as cooperativas assumem-se como "fórmulas de gestão mais do que nunca necessárias e oportunas para uma sociedade em défice crescente de estruturas executivas coletivas, de cidadania plena". "Se a cooperativa ganha, ganhamos todos - é mesmo a melhor resposta aos desafios atuais", conclui Hugo Ferreira.

manuel.leiria@regiaodeleiria.pt

Quatro rádios e dois jornais geridos por cooperativas no distrito de Leiria

A nível nacional são quase uma centena as cooperativas que gerem projetos de comunicação social. No distrito de Leiria estão cinco dessas organizações, de acordo com o Portal da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social. No conjunto, essas cooperativas são responsáveis por seis projetos de comunicação social, instalados de norte a sul do distrito: quatro rádios e dois jornais.

De inspiração cristã, a Rádio Vida Nova emite em 105.5 FM a partir de Ansião (tem sede em Santiago da Guarda) e foi fundada em 1987.

A funcionar desde 1986, o Rádio Clube de Pombal é também reconhecido como 97FM, em referência à frequência em que pode ser ouvido.

Mais a sul, a Rádio Cister - ou Cister FM - e emite a partir de Alcobaça, em 95.5 FM. Funciona desde 1984, podendo ser ouvida em vários municípios vizinhos. A gestão é da Rádio Cister - Cooperativa Regional de Serviços Radiofónicos. A Cister FM abriu em 2024 uma delegação na cidade de Leiria.

Caso particular é o da Cincup - Cooperativa de Informação e Cultura de Porto de Mós, simultaneamente responsável por uma rádio e um jornal. A partir das frequências 100.1 FM, 98.5 FM e 91.9 FM é possível ouvir a Rádio D. Fuas FM, no ar desde 1986; quinzenalmente é editado o jornal "O Portomossense", fundado em 1983.

No distrito de Leiria há outro jornal igualmente pertencente a uma cooperativa. É o caso do semanário "Gazeta das Caldas", propriedade da Cooperativa Editorial Caldense, publicado desde 1925.



Cister FM emite desde 1984

FÓRUM

Uma alternativa ética e sustentável em comparação com outros modelos

- 1 Qual a importância do Ano Internacional das Cooperativas?
- 2 Como é que estas instituições podem ajudar a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?
- 3 Quais são os principais desafios e oportunidades para o futuro das cooperativas?
- 4 Como nasceu a cooperativa que representa?

As cooperativas da área financeira destacam-se, entre outros fatores, pela sua importância no desenvolvimento económico e social, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, promovem a inclusão financeira, o apoio à economia local e a justiça social. Entre os desafios estão a digitalização, modernização e a concorrência. As oportunidades surgem na inovação, fortalecimento comunitário e afirmação do modelo cooperativo como alternativa sustentável e ética aos sistemas tradicionais



José Varela, administrador da Caixa de Crédito de Leiria

1 Vem colocar em destaque uma forma diferente de estar em organização económica ou social, tantas vezes esquecida pelas entidades de governo dos países. Para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, entidade cooperativa de crédito, o Ano Internacional das Cooperativas de 2025 oferece uma oportunidade significativa para refor-

çar e divulgar os princípios do cooperativismo, do mutualismo, culturais e sociais. O evento destaca o papel fundamental das cooperativas de crédito no sector financeiro, como a Caixa de Crédito de Leiria, na promoção de uma economia local sustentável, inclusiva e socialmente responsável. Em particular, pode contribuir para aumentar a consciencialização sobre a importância da democratização do acesso ao crédito e a promoção de práticas financeiras mais éticas e transparentes.

2 As cooperativas, como a Caixa de Crédito de Leiria, desempenham um papel vital no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito à redução das desigualdades (ODS 10), à promoção do trabalho decente e do crescimento económico inclusivo (ODS 8), e à ação climática (ODS 13). As coo-

perativas financeiras podem promover um acesso equitativo ao crédito, apoiar projetos sustentáveis, e fomentar a inclusão social e a justiça económica. Além disso, têm a capacidade de atuar como agentes locais de transformação, apoiando pequenas empresas e empreendedores e contribuindo para a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis. Na Responsabilidade Corporativa Social a Caixa de Crédito de Leiria Institui a Fundação da Caixa de Leiria (FCAL) tem por fim a promoção de ações de caráter cultural, educativo, artístico, social e filantrópico, nas áreas geográficas de ação da Caixa de Crédito de Leiria, atualmente os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

3 Os principais desafios são a digitalização e inovação tecnológica, sustentabilidade financeira e regulamentação, concorrên-



António Pires, administrador Executivo da CCAM da Batalha

1 A proclamação do Ano Internacional das Cooperativas de 2025, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tem como objetivo despertar a atenção das pessoas para a importância das cooperativas no desenvolvimento económico e social das populações em que se integram.

2 Sendo as cooperativas instituições cuja estrutura se centra nas pessoas e na melhoria das suas condições económicas e sociais, compreende-se que as cooperativas se foquem, mais do que os outros agentes económicos, no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na defesa do bem-estar dos seus cooperantes. As cooperativas, agregando à sua volta os seus cooperantes, criam uma dimensão que leva a que aqueles que não tinham voz, dada a sua pequena dimensão ou marginalização, passem a sentir-se representados e inseridos socialmente. Esta inserção social ajuda a que novas oportu-

nidades de negócio venham a surgir, contribuindo assim para um maior desenvolvimento local e, consequentemente, a diminuição da pobreza. As novas oportunidades de negócio também proporcionam mais investimento e, consequentemente, a necessidade de recurso a crédito, e exigem um maior conhecimento e, como é compreensível, mais educação e formação de qualidade. Todas estas oportunidades despertam nas pessoas, que podem ser cooperantes, melhores condições de trabalho e bem-estar. Através da inserção social dos mais desfavorecidos, proporcionada pelo sector cooperativo, conseguimos, neste resumo, elencar meia dúzia de ações, das 17 que compõem os ODS.

3 Numa altura em que o sector cooperativo não tem a projeção que teve no passado, principalmente em Portugal, tem como principais desafios a sua credibilização e modernização, em alguns sectores, mostrando aos cooperantes as vantagens do cooperativismo. Como oportunidades temos a inovação tecnológica, que acaba por proporcionar uma maior eficiência, e o aumento das desigualdades sociais que, utilizado corretamente os princípios da sua génese, as cooperativas podem usar como forma de expansão da sua função.

4 A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha, CRL, foi fundada por agricultores (cooperantes) do concelho da Batalha

cia com as grandes instituições financeiras. As oportunidades encontram-se no aumento da confiança em modelos financeiros éticos, no apoio à economia local, na inovação e personalização de serviços.

4 A Caixa de Crédito de Leiria foi fundada com o objetivo de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento da região de Leiria. A sua origem remonta à iniciativa de um grupo de cidadãos locais que, cientes da falta de acesso ao crédito e dos desafios enfrentados pelas famílias e pequenas empresas da região, decidiram criar uma instituição financeira cooperativa onde os próprios membros se tornariam os principais beneficiários. Desde a sua fundação, a cooperativa tem estado empenhada em fortalecer o tecido económico local e apoiar o desenvolvimento social e económico sustentável da região.

BI da Caixa de Crédito de Leiria

Sede/localidade
Leiria, Portugal

Data de fundação
3 de janeiro de 1915

Nº de colaboradores
100

Nº de cooperadores
Sócios 9.359

Área de atividade
Serviços bancários e financeiros

Principais produtos/serviços
Contas, meios de pagamento, seguros

em 1933, aproveitando a oportunidade da legislação governamental do início do século XX, com vista à criação das cooperativas de crédito, dada a dificuldade que o sector agrícola tinha de se financiar junto do sistema bancário. Enaltecendo a coragem e abnegação dos primeiros cooperantes, hoje a CCAM da Batalha é um excelente exemplo, local e com reconhecimento nacional, do papel que pode e deve desempenhar o cooperativismo, junto das pessoas e populações mais desfavorecidas.

BI da CCAM da Batalha

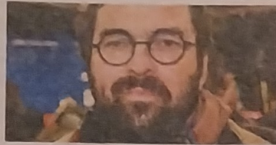
Sede/localidade
Batalha

Data de fundação
Abril de 1933

Nº de colaboradores
21

Nº de cooperadores
2.500

Área de atividade
Atividade bancária a todos os sectores



João Delgado, presidente da Mútua dos Pescadores

1 Assinalar esta efeméride é de elevada importância para o movimento cooperativo à escala global, dado que visa reconhecer a sua elevadíssima importância no mundo, a atualidade do seu projeto, dos seus valores e princípios e dos equilíbrios que pretende alcançar num mundo cada vez mais desequilibrado, perigoso e hostil, ou seja, situando-se nos antípodas daquilo que o cooperativismo significa e persegue.

2 Muito antes de saltarem para a ordem do dia os citados ODS, as cooperativas sempre almejavam intervir para transformar o mundo em algo muito mais equilibrado e sustentável,

atuando, resolvendo e minimizando os impactos negativos criados pela economia capitalista de cariz monopolista à escala mundial. No essencial, este capitalismo monopolista e o neoliberalismo, visando o máximo de lucro no mais curto espaço de tempo, onde for, e de que forma for, não olhando a meios para remunerar o capital investido, explorando irracionalmente os recursos do planeta e os seres que nele habitam, criam desequilíbrios impossíveis de sanar, daí que, sem alterar o modelo económico dominante, nunca os ODS serão metas alcançáveis.

3 Penso que passará pela sua afirmação enquanto modelo alternativo, evidenciado pelos bons exemplos colocados em prática. As pessoas têm de ter mais conhecimento das experiências positivas do cooperativismo, do seu significado e do seu potencial transformador nas comunidades e na vida das populações. A formação de quadros dirigentes e trabalhadores qualificados é um objetivo central para o sucesso destes projetos, bem como a sua capacidade em termos de autonomia financeira para conseguirem remunerar bem os seus trabalhadores. O acesso ao financiamento

junto das instituições bancárias é uma dificuldade que obstaculiza muito a vida das cooperativas, sendo uma das questões que carecem de maior atenção para que as cooperativas possam, também neste campo, estar em pé de igualdade com o setor lucrativo.

4 A Mútua dos Pescadores nasce em 1942, em plena ditadura salazarista e pelas mãos de Henrique Tenreiro, patrono das pescas na organização corporativa do Estado Novo. Foi criada em simultâneo com outras três Mútuas, a da pesca do arrasto, a da pesca do bacalhau e a da pesca da sardinha. Estas eram as Mútuas que pertenciam às pescas mais capitalizadas. A Mútua dos Pescadores é criada para proteger socialmente a mais pequena pesca, a designada à época - pesca praticada por pescadores sem patrão. Das quatro Mútuas, a única que resta é, ironicamente, a mais pequena e frágil de todas - a Mútua dos Pescadores. Após a revolução de abril a Mútua democratiza-se, alarga-se a todo o país, cresce e torna-se cooperativa de utentes de seguros em 2004.

BI da Mútua dos Pescadores

Sede/localidade
Lisboa

Data de fundação
1942

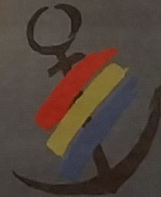
Nº de colaboradores
43

Nº de cooperadores
4.000

Área de atividade
Seguradora

Principais produtos/serviços
Seguros

Mútua dos Pescadores
1.ª cooperativa de utentes de seguros portuguesa



2025 – Ano Internacional das Cooperativas

Há mais de oito décadas ao lado das comunidades.

www.mutuapescadores.pt | geral@mutuapescadores.pt



O Instituto Nossa Senhora da Encarnação, fundado em 1964, é responsável pelo Externato Cooperativo da Benedita e pelo Centro Cultural Gonçalves Sapinho, promovendo a educação, a formação e o desenvolvimento cultural, profissional e económico da freguesia da Benedita.

Nasceu há 60 anos na Benedita a primeira cooperativa dedicada ao ensino do País

O Instituto Nossa Senhora da Encarnação foi criado, em 1964, com o objetivo de responder às necessidades da comunidade nas áreas da educação e da cultura. O Externato Cooperativo da Benedita e o Centro Cultural Gonçalves Sapinho são as principais valências da cooperativa

Sara Vieira

Há 60 anos, na vila da Benedita, foi criado o Instituto Nossa Senhora da Encarnação (INSE), a primeira cooperativa de ensino do País e responsável pela criação do Externato Cooperativo da Benedita (ECB), que se tornaria numa escola de referência na região e no distrito de Leiria.

Foi a falta de respostas do Estado e a vontade da população em criar uma escola que permitisse a continuidade dos estudos, após a 4.ª classe, evitando a deslocação dos alunos para outras freguesias, que impulsionou a criação da cooperativa de ensino, numa data em que estava a ser implementado na vila o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC). Com o objetivo de promover o progresso económico, industrial e social da Benedita, uma equipa multidisciplinar realizou um estudo socioeconómico do meio, identificando um conjunto de intervenções prioritárias, que abrangiam vários setores como a educação, a saúde,

a habitação, as infraestruturas, a indústria, o comércio a agricultura e a pecuária. Na área da educação, foi, então, sugerida a criação de uma cooperativa de ensino. Realizado o estudo de viabilidade, um grupo de habitantes agarrou no projeto e constituiu, em 1963, o INSE – Cooperativa de ensino e Cultura, CRL, tendo o ECB como a principal valência.

A primeira aula aconteceu a 12 de outubro de 1964, ainda em instalações provisórias, com 38 alunos. Dois anos mais tarde, já com um edifício construído para o efeito, o ECB melhorou as condições de ensino e aumentou o número de alunos matriculados. Se no início da atividade letiva, aquele estabelecimento de ensino se dedicou ao ensino técnico – atendendo às necessidades da população e tendo presente as diversas áreas de atividade desenvolvidas na região, com cursos profissionais –, a oferta educativa acabaria por se alargar. Com a criação das escolas preparatórias oficiais (2.º ciclo), o Externato da Benedita passou

também a lecionar o 3.º ciclo e o ensino secundário, distribuídos pelo ensino noturno e ensino diurno. Em 1980 foram celebrados os primeiros Contratos de Associação com o estabelecimento de ensino, que no final da década chegou a ter mais de 1.600 alunos e 160 trabalhadores, dos quais 120 professores. Nesse período, foram inauguradas obras de relevo, como o Pavilhão Polidesportivo e o refeitório. Seguir-se-ia, em 2004, a abertura do Centro Cultural Gonçalves Sapinho, que viria a revolucionar o panorama cultural da vila. Além do auditório, com uma lotação para 360 pessoas, o espaço cultural, ao lado do ECB, possui uma sala multiuso, uma biblioteca, uma sala de audiovisual, átrios para exposições e um salão para grandes eventos.

Ao REGIÃO DE LEIRIA, o presidente do Conselho de Administração do INSE aponta a “gestão participativa, a proximidade e a especificidade” como as principais vantagens da constituição do ECB enquanto cooperativa. “Em termos formais, o Externato Cooperativo da Benedita é um departamento de uma cooperativa e não uma cooperativa em si mesma. Esta forma de constituição permite uma adaptação do ensino ao ecossistema social da região, facilita os processos

“

Esta forma de constituição permite uma adaptação do ensino ao ecossistema social da região”

Nuno Sardinha

Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nossa Senhora da Encarnação, entidade tutelar do Externato Cooperativo da Benedita

de gestão da escola e dos seus quadros e permite constituir este meio como catalisador de outras atividades com os parceiros locais”, considera Nuno Sardinha, também antigo aluno. “Esta forma de organização tem 60 anos, mas mantém-se plenamente atual perante as necessidades de hoje”, defende o presidente do Conselho de Administração do INSE, falando de “uma escola perto da comunidade, com serviços para a população da zona sul do concelho de Alcobaça”, gozando de total

autonomia pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

Neste ano letivo estão matriculados 920 alunos, com um corpo docente de 82 professores profissionalizados e 30 funcionários não docentes. Da oferta educativa consta o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, repartido entre os Cursos Científico-Humanísticos (Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais), e diversos cursos profissionais (Técnico de Apoio à Gestão, Técnico de Design de Comunicação Gráfica, Técnico de Multimédia, Técnico de Mecatrónica, Técnico de Desporto e Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos).

Hoje em dia, o INSE partilha a gestão do Centro Cultural Gonçalves Sapinho com a Câmara de Alcobaça, que utiliza o espaço para vários espetáculos (está agendado o teatro “Amigos da Treta” com José Pedro Gomes e Aldo Lima para o próximo dia 29), e do Pavilhão Gimnodesportivo com a Junta de Freguesia.

Contando com 1.050 membros, o INSE é, de resto, a única cooperativa de ensino no distrito de Leiria e concelho de Ourém a funcionar com Contrato de Associação com o Ministério da Educação.